



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2015/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de Resolução que “*Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande*”

1. Histórico

1.1. A Secretaria Executiva do CNRH recebeu, no dia 28 de julho de 2015, Ofício nº 009/2015 CBH-VERDE GRANDE, de 15 de julho de 2015, encaminhando a Deliberação CBH-VERDE GRANDE nº 50, de 05 de maio de 2015, que “estabelece mecanismos e sugere valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Verde Grande”, e solicita que sejam tomadas as devidas providências.

1.2. Em 31 de julho de 2015, foi enviado pela Secretaria Executiva do CNRH o Ofício nº 08/2015/CNRH/SRHU/MMA, solicitando a elaboração de Nota Técnica pela Agência Nacional de Águas, conforme o inciso VI, art. 4º, da Lei 9.984, de 17 de julho de 2000, que atribui competência à ANA para “elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica”.

1.3. A Nota Técnica nº 06/2015/CSCOB/SAS, de 16 de setembro de 2015, foi encaminhada ao CNRH por meio do Ofício nº 328/2015/AA-ANA, de 18 de setembro de 2015, e analisada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos –CTCOB.

2. Análise

2.1. O pleito foi analisado pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos- CTCOB nos termos da Lei 9.984, de 2000, art. 4º, inciso VI e da Resolução CNRH nº 48, de 2005, art. 6º, inciso IV, em sua 90ª Reunião, realizada nos dias 29 e 30 de setembro de 2015.

2.2. Foram analisadas a Deliberação CBH-VERDE GRANDE nº 50/2015, de 05 de maio de 2015, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande – CBH-VERDE GRANDE, e a Nota Técnica nº 06/2015/CSCOB/SAS, de 16 de setembro de 2015, da Agência Nacional de Águas, para fundamentar a manifestação desta Câmara.

2.3. Registra-se que a Deliberação CBH-VERDE GRANDE nº 50/2015, em seu art. 1º, estabelece a cobrança pelo uso de recursos hídricos nos rios de domínio da união e nos rios de domínio dos estados de Minas Gerais e Bahia, na bacia hidrográfica do rio Verde Grande. No entanto, a análise e a minuta de resolução elaborada por esta câmara se deteve ao limite de sua competência, ou seja, sobre os rios de domínio da união.

2.4. A ANA apresentou, por meio da referida Nota Técnica, sugestão de definição pelo conselho dos preços propostos pelo CBH-VERDE GRANDE, acrescidos de correção monetária e estabelecimento de prazo para proposição de novos valores as quais não foram acatadas pela câmara técnica.



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

25. No que se refere à parcela denominada PPU “consumo” foi questionada a sua legalidade pelo segmento Usuários. No entendimento destes setores, a cobrança está associada aos usos sujeitos à outorga (derivação/captação) e não ao consumo. Sugere-se a discussão deste mérito na CTIL.

26. Em relação aos dispositivos estabelecidos no §3º do artigo 4º do ANEXO I e nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º do ANEXO II, que tratam, respectivamente, de estímulo à redução da carga orgânica lançada e do coeficiente multiplicador “Kescassez”, detectou-se a necessidade de maior detalhamento operacional e de regulamentação dos dispositivos através de deliberações específicas, subsidiadas por estudos técnicos e avaliação dos impactos sobre os setores usuários e a arrecadação.

27. Em virtude do que foi detectado no item 2.5, foram sugeridos dois encaminhamentos:

I- Não aprovação da Deliberação com o seu retorno ao Comitê para o ajuste nos pontos mencionados no item 2.5;

II- Aprovar a Deliberação CBH-VERDE GRANDE nº 50/2015 determinando o ajuste nos pontos mencionados no item 2.5.

28. Após discussões da matéria, foi decidido pela maioria a proposta de encaminhamento II.

3. Conclusão

3.1. Ao final da análise pela CTCOB, a matéria foi aprovada com as recomendações descritas neste parecer conforme minuta anexa de Resolução que será encaminhada para análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais –CTIL.

3.2. Desta forma, a Câmara recomenda sua aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer

Em, 30 de setembro de 2015.


EDUARDO S. RIBEIRO DANTAS
Presidente da CTCOB